

## A CAPACIDADE DECISÓRIA DO CANDIDATO E DA LEGENDA NO PROCESSO DE REELEIÇÃO NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS BRASILEIRAS (2000-2012): UM PANORAMA GERAL

ELENICE DA SILVA CARDOZO<sup>1</sup>; ALVARO AUGUSTO DE BORBA BARRETO<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Instituto de Filosofia, Sociologia e Política (IFISP-UFPel) 1 - e-mail: [elenicecardozo@terra.com.br](mailto:elenicecardozo@terra.com.br)

<sup>2</sup>Instituto de Filosofia, Sociologia e Política (IFISP-UFPel) 2 - e-mail: [albarret.sul@terra.com.br](mailto:albarret.sul@terra.com.br)

### 1. INTRODUÇÃO

O trabalho apresenta o panorama geral das eleições municipais brasileiras no período 2000-2012 no que tange às tentativas de reeleição do partido que elegeu o prefeito no pleito precedente. A pesquisa busca dimensionar o quanto a legenda consegue se manter no cargo, quando há ou não há *incumbent*<sup>1</sup> envolvido na disputa. Pondera-se que a possibilidade de o chefe do executivo nacional, estadual e municipal pleitear um segundo mandato consecutivo, a chamada reeleição imediata, foi introduzida no atual sistema político brasileiro por meio da Emenda Constitucional nº16, promulgada em quatro de junho de 1997.

Além de testar a capacidade do *incumbent* de se manter no cargo e, assim, agregar-se à discussão presente na literatura sobre o peso da titularidade nas tentativas de reeleição (JONES, 1996; BARRETO, 2009, 2014), a pesquisa pretende dialogar com a literatura que afirma que os partidos são institucionalmente fracos, têm pouca inserção nacional, apresentam-se excessivamente regionalizados (BRANBOR; CENEVIVA, 2012; MARENCO, 2013; MENDES, 2004, 2004a), possuem frágeis laços com a sociedade civil e a opinião pública, apresentam pouca clareza ideológica e graves limitações em termos programáticos.

### 2. METODOLOGIA

A investigação trabalha com a totalidade das eleições municipais brasileiras com a possibilidade da presença de *incumbent*, ou seja, os pleitos de 2000, 2004, 2008 e 2012, cujos dados estão disponíveis no site do TSE. A eleição de 1996, na qual foram escolhidos os prefeitos que primeiro puderam pleitear a reeleição, serve como parâmetro inicial. Promovido o levantamento no site do TSE e acessoriamente nos sites Terra e Uol, aproximadamente 22 mil eleições foram consideradas. Os resultados obtidos (reeleição ou não) são classificados segundo quatro situações passíveis de serem observadas conforme as regras institucionais do sistema político brasileiro.

- a) Partido e prefeito eleitos em um pleito concorrem unidos à reeleição, logo é a situação em que o partido está no poder e conta com o *incumbent*;
- b) Partido eleito em um pleito concorre à reeleição, mas o *incumbent* não participa da disputa, pois não se reapresentou ou já cumpriu o segundo mandato consecutivo e se tornou inelegível, logo, o partido está no poder, mas não conta com o *incumbent*;

---

<sup>1</sup> Em português não há um termo específico para indicar o titular do cargo apto a concorrer a um novo mandato subsequente, razão pela qual se optou por utilizar a palavra inglesa.

- c) Partido e prefeito eleitos em um pleito são competidores na tentativa de reeleição, logo é a situação em que o partido não está no poder e não conta com o *incumbent*, mas este participa do pleito;
- d) Partido eleito participa da eleição, o *incumbent* não, mas apresenta um candidato a sucedê-lo que não é o candidato do partido pelo qual se elegeu originalmente, logo, o partido não está no poder e a eleição não conta com o *incumbent*

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

**Tabela 1** – Resultado obtido no pleito seguinte pelo partido ao contar ou não com o *incumbent* (Brasil, 2000-2012), em percentual

Result.	Com <i>incumbent</i>					Sem <i>incumbent</i>				
	2000	2004	2008	2012	Total	2000	2004	2008	2012	Total
Vitória	59,6	58,4	69,1	57,7	<b>61,6</b>	41,9	43,3	44,6	42,9	<b>43,3</b>
Derrota	40,4	41,6	30,9	42,3	<b>38,4</b>	58,1	56,7	55,4	57,1	<b>56,7</b>
<b>Total</b>	<b>(2.973)</b>	<b>(1.996)</b>	<b>(2.626)</b>	<b>(2.042)</b>	<b>(9.637)</b>	<b>(1.900)</b>	<b>(3.096)</b>	<b>(2.528)</b>	<b>(3.072)</b>	<b>(10.596)</b>

Fonte: TSE

A tab. 1 traz o percentual de vitórias obtidas pelo partido em cada condição em que disputou o pleito. O fator *incumbent* parece ser claramente preponderante: quando o partido tem o candidato à reeleição obtém 61,6% de vitórias, índice que cai a 43,3% se não o possui. O cenário se repete em todos os pleitos do período: há sempre mais vitórias, quando o prefeito concorre à reeleição (com variação de 57,7% em 2012 a 69,1% em 2008), e sempre mais derrotas, quando ele não está presente no pleito (com variação de 58,1% em 2000 a 55,4% em 2008).

**Tabela 2** – Resultado obtido no pleito seguinte pelo partido que elegeu o prefeito, conforme a situação em relação ao *incumbent* (Brasil, 2000-2012), em percentual

Resultado	Com <i>Incumbent</i>	Sem <i>incumbent</i>	Pleito sem <i>Incumbent</i>	Dissociam-se
Vitória	61,6	43,3	44,6	33,5
Derrota	38,4	56,7	55,4	66,5
<b>Total</b>	<b>(9.637)</b>	<b>(10.596)</b>	<b>(9.348)</b>	<b>(1.248)</b>

Fonte: TSE

A tab. 2 mostra que o partido vence a maioria das disputas quando possui o *incumbent* (61,6%), como já foi visto. Em todas as demais situações, a legenda acumula mais derrotas do que vitórias: quando o partido não tem o *incumbent*, quando este não participa do pleito ou quando os destinos deles se separam, o índice de vitórias cai para menos da metade (43,4%, 44,6% e 33,5%, respectivamente). A pior situação para o partido, aquela em que ele menos consegue se reeleger, é quando ele enfrenta o prefeito que busca a reeleição imediata (sucesso de 33,5%).

#### 4. CONCLUSÕES

O trabalho, ainda em andamento, coletou e analisou dados relativos às decisões e aos resultados obtidos pelos partidos na tentativa de vencer nas urnas após ter elegido o prefeito no pleito anterior, nas quatro disputas de âmbito municipal já realizadas no Brasil, em um total de 21.980 eleições observadas. Ponderou diversas situações: o quadro geral, os pleitos em que há e em que não há *incumbent*, e aqueles em que o partido conta ou não com o prefeito que busca a reeleição, em suas diversas possibilidades (o chefe do executivo não podia concorrer; não concorre; troca de legenda e rompe com aquela pela qual se elegeu; houve a substituição do titular e o sucessor pertence a outro partido).

O resultado geral aponta para o peso decisivo do *incumbent* para o sucesso do partido, a revelar o quanto as legendas dependem dos candidatos.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRETO, A. Reelection para o executivo municipal no Brasil (2000-2008). **Revista Debates**, Porto Alegre, 3 (2), jul.-dez. 2009, p.97-115.
- BARRETO, A. Destinos cruzados: partidos e candidatos nas eleições para Prefeito no Brasil e Intendente no Uruguai (2000-2012). **Revista Debates**, Porto Alegre, 8 (1), jan.-abr. 2014, p.105-125.
- BRAMBOR, T.; CENEVIVA, R. Reelection e continuidade nos municípios brasileiros. **Novos Estudos**, São Paulo, (93), jul. 2012, p.9-21.
- COSTA, M. M. de A. **Reeleição e política fiscal: um estudo dos efeitos da reeleição nos gastos públicos**. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público). Universidade de Brasília, 2006.
- DELIBERADOR, G. S.; KOMATA, N. B. Reelection nas eleições municipais de 2008. In: CAGGIANO, Monica Herman Salem (Org.). **Comportamento Eleitoral**. Barueri: Manole, 2010, p.63-90.
- JONES, M. Electoral laws and the effective number of candidates in presidential elections. **The Journal of Politics**. University of Texas Press, v.61, n.1, feb. 1999.
- MARENCO, A. Topografia do Brasil profundo: votos, cargos e alinhamentos nos municípios brasileiros. **Opinião Pública**, Campinas, 19 (1), jun. 2013, p.1-20.
- MENDES, M.; ROCHA, C. A. A. O Que reelege um prefeito? **Textos para discussão**. Brasília: Senado (4), abr. 2004.
- MENDES, M.; ROCHA, C. A. A. Reelection sob informação imperfeita: evidência para os municípios brasileiros. **Texto para discussão**. Brasília: Departamento de Economia/UnB, (313), jun. 2004a.